



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000289-59.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **David Aparecido Pessini**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que celebrou contrato de prestação de serviços de telefonia com a ré.

Alegou ainda que esta sem o seu consentimento lhe debitou da conta bancária a quantia de R\$ 340,07 e, como se não bastasse, ao ser contactada não soube informar a que título isso se deu.

Almeja à restituição daquele valor.

A preliminar arguida pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

O documento de fl. 03 respalda a versão do autor.

Encerra o extrato que comprova o débito na sua conta bancária no importe de R\$ 340,07 em favor da ré.

Já esta na contestação não impugnou tal prova e sequer se pronunciou sobre ela.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Há nos autos prova documental suficiente – e não refutada específica e concretamente – do débito em desfavor do autor que beneficiou a ré, sem que tivesse sido apresentada justificativa para tanto.

A restituição pleiteada é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 340,07, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2014 (época do débito havido), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**